



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social
Gabinete



ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DISTRITAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – CONDISP

Aos onze dias do mês de julho do ano de dois mil e dezessete, com início às 14h43, na sala de crise da Subsecretaria de Integração e Operações de Segurança Pública – SIOSP, localizada no SAM – Conjunto "A", Bloco "A", Edifício SIOSP – Brasília/DF, foi realizada a 5ª Reunião Ordinária do Conselho Distrital de Segurança Pública – CONDISP, fizeram-se presentes os(as) seguintes conselheiros(as), Edval de Oliveira Novaes Júnior, presidente do CONDISP (SSPDF); Alexandre Varela, Vice-Presidente (DF em Movimento); Andréia de Oliveira Macêdo (SUSEC/SSPDF); Vânia Costa Martins (SEED/DF); Jhemerson Tiago L. de Andrade (SECRIA); Felipe Areda Pereira de Brito (SEDESTMIDH); Cícero Jairo Monteiro (PCDF); Cel. Hamilton Santos Esteves Júnior (CBMDF); Cel. Lúcio Brito Fernandes (PMDF); Emerson Frederico de Rezende Esteves (DETRAN/DF); Flávia Helena Portela de Carvalho (MARKA); Guilherme Alves Carvalho (Fórum de Cultura/DF); Mariana Rosa Moreira dos Santos (AHUP-DF); Wilmar Rodrigues Ferreira (CONSEG); Alcino Marçal Almeida (FECONSEG); Mauro Kaiser Cabral (Clube Of. CBMDF); Rogério da Silva Leão (Assoc. Of. PMDF); George Felipe de Lima Dantas representante da Associação dos Oficiais da Reserva Remunerada e Reformados da PMDF e CBMDF (ASSOR); Marcelle Alcântara de Almeida (SINPOL). A reunião foi iniciada e o presidente apresentou a pauta, em seguida abriu a palavra para o pleno a título de informe e posteriormente abriu votação para aprovação da ata da 4ª Reunião Extraordinária, sendo esta aprovada sem alterações e convidou o Dr. Marcelo Durante (Subsecretário de Gestão da Informação/SSP) para apresentação de diagnóstico e indicadores de segurança. Dr. Marcelo Durante apresentou as informações da situação atual do Distrito Federal no tocante a incidência da criminalidade, mostrou os dados sobre o trabalho desenvolvido para avaliação da qualidade do atendimento da Polícia e finalizou a apresentação com o mapa das desordens públicas, que estão diretamente relacionadas ao problema da criminalidade. A conselheira Flávia Helena (MARKA) perguntou qual era a expectativa do Dr. Marcelo Durante para que as pesquisas da Subsecretaria da Gestão da Informação pudessem influenciar no orçamento do GDF, colocou como exemplo um projeto de iluminação da plataforma superior da rodoviária,

Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social
Gabinete

SAM, Conjunto A, Bloco A, Ed. Sede da SSPPS/DF
Brasília/DF – CEP: 70.620-000 - Fone: (61) 3441-8752



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social
Gabinete



onde existem várias reclamações da Polícia Militar, e que está parado há 4 anos, e há 2 anos o espaço está sem iluminação, o projeto foi desenvolvido por um grupo de arquitetos que ela participa e que discute a segurança do centro de Brasília; finalizou informando uma pesquisa feita por ela em relação ao fechamento de estabelecimentos comerciais na região central de Brasília, onde o primeiro ponto é a crise econômica, posteriormente a falta de segurança e por fim as obras que nunca terminam, citou a dificuldade em reunir os três batalhões da PM responsáveis pelo Plano Piloto para discutir as demandas. Dr. Marcelo Durante respondeu que a tentativa da equipe era cercar as situações de uma maneira que pudesse distribuir as demandas com outros órgãos, porém esses órgãos se colocam na posição de não saber o que fazer, como exemplo uma reunião recente sobre o setor comercial sul onde a pergunta de vários órgãos era “Qual o nosso papel?” e de alguma maneira era esperado que as dúvidas sobre o que fazer se resolvessem, como por exemplo, uma troca de lâmpada de poste, a limpeza de uma esquina, tentando ter mais objetividade nesse processo. Citou que participou de uma reunião com a presença do Governador onde o mesmo pediu a lista de demandas não executadas e os respectivos órgãos responsáveis para que ele mesmo fizesse a cobrança. O conselheiro Guilherme Alves (Fórum de Cultura/DF) perguntou sobre o acesso à informação de dados, como exemplo o mapa de demandas elaborado pelos assessores técnicos nos territórios. Dr. Marcelo Durante respondeu que é uma ferramenta interna de gestão que foi elaborada agora por profissionais capacitados, informou que está em contato com o Fundo de Apoio a Pesquisa (FAP) para criar uma ferramenta chamada **DF ALERTA**, onde em tempo real todas as demandas denunciadas sejam disponibilizadas, apontando especificamente o local do fato, e se tudo der certo até o final deste ano este sistema será implementado, desde que o financiamento seja aprovado em parceria com a UNB. O Conselheiro Alcino Marçal Almeida (FECONSEG) fez uma intervenção pontuando que alguns assessores técnicos da SSP articulam mais com os administradores do que com os presidentes dos CONSEGs e isso enfraqueceria o papel do presidente. A Conselheira Mariana Rosa Moreira dos Santos (AHUP-DF) fez uma ressalva pedindo um filtro nos registros das delegacias para que possam conter os dados

Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social
Gabinete

SAM, Conjunto A, Bloco A, Ed. Sede da SSPPS/DF
Brasília/DF – CEP: 70.620-000 - Fone: (61) 3441-8752



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social
Gabinete



coletados nas ocorrências de violência contra LGBT e mulheres por exemplo, objetivando subsidiar inclusive o CONDISP. Pontuou que existem informações de homicídios, vítimas, mas não informam quantos são LGBT, Mulheres, crianças, adolescentes, violência doméstica, citou que esta crítica da falta de filtro é demanda dos movimentos sociais de todo o Brasil. Dr. Marcelo Durante informou que existe no site da SSP um relatório atualizado mensalmente da violência contra as mulheres, e em relação ao grupo LGBT, existe um problema sério que é o registro da informação nas delegacias, necessitando de um esforço para que isso seja categorizado. A Conselheira Marcele Alcântara de Almeida (SINPOL) fez uma intervenção informando que na criação da DECRIN (Delegacia Especial de Repressão aos Crimes por Discriminação Racial, Religiosa ou por Orientação Sexual ou Contra a Pessoa Idosa ou com Deficiência) o GDF não chamou os sindicatos nem os servidores para discutirem, é que no período havia um movimento grevista em frente ao Buriti, no dia do lançamento da delegacia foram chamados ao Governo Federal, pois era um ato expressivo o lançamento da delegacia, onde foi solicitado que não fizesse nenhum movimento em frente ao Buriti, para que não refletisse nacionalmente, finalizou dizendo que o governo articula institucionalmente e não com os servidores e que isso reflete no atendimento ao público, devido à falta de capacitação dos servidores. O Conselheiro Alexandre Varela, Vice-Presidente (DF em Movimento) pontuou que na criação das subcâmaras temáticas poderão ser discutidos vários pontos específicos e os respectivos encaminhamentos. O Presidente do CONDISP informou que já estava articulando com o conselheiro Cícero Jairo Monteiro (PCDF) para o mesmo verificar as demandas relacionadas aos registros de ocorrência, especificamente do grupo LGBT, posteriormente trazendo as devolutivas, passou a palavra para a Conselheira Andréia de Oliveira Macêdo (SUSEC/SSPDF) para apresentar a licitação do serviço de tornezeiras eletrônicas, bem como o resultado do Fórum que está discutindo o fluxo de funcionamento dos serviços, composto pela Defensoria, OAB, polícias, Judiciário, Ministério Público e também o Dispositivo de Segurança Preventiva para Mulheres. A Conselheira Mariana Rosa Moreira dos Santos (AHUP-DF) perguntou quais seriam os critérios para a colocação das tornezeiras, pois



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social
Gabinete



o que era visto é que quem tem acesso são os políticos, e com isso as pessoas mais pobres não teriam acesso, tendo em vista que o número de torzeleiras diante da massa carcerária do DF não seria suficiente, excluindo assim os mais pobres; questionou também se não seria a Polícia Civil a responsável pelo monitoramento e não a SESIPE, finalizou a pergunta citando ter tido um irmão preso por 13 anos na Papuda, tornando-se um dos fugitivos em tempos recentes, e que durante as investigações ela não via coerência ou diálogo entre a Polícia Civil, Polícia Militar e a SESIPE; quando era abordada verificava que cada órgão fazia a sua investigação separadamente. Pontuou que ficaria preocupada se apenas a SESIPE fizer esse monitoramento das torzeleiras, pois na sua opinião a SESIPE é ineficiente, não havendo diálogo, não havendo acesso, não havendo retorno, e pela forma como ela analisa não sabe se seria eficaz, sugeriu então que essa gestão do monitoramento seja feito por uma integração entre as forças e a SESIPE. A Conselheira Marcelle Alcântara de Almeida (SINPOL) informou que é agente policial de custódia e que trabalhou mais de 10 anos na papuda, fez um questionamento para a área técnica dizendo que hoje em dia os agentes de atividades penitenciárias não possuem atribuição legal para fazerem captura de presos, sendo essa atribuição legal da Polícia Civil e Militar, como o GDF está concentrando esta atribuição legal os servidores penitenciários poderão estar até respondendo por não tê-las; informou também que o sindicato dos agentes penitenciários do DF está negociando a alteração na lei da criação desse cargo, inclusive criando a atribuição de captura de presos, mas que hoje não existe, finalizou a fala perguntando se o GDF tem ciência desses fatos. A Conselheira Andréia de Oliveira Macêdo (SUSEC/SSPDF) informou que referente a questão específica da articulação das forças para o monitoramento eletrônico, não poderia responder por elas, momento em que o conselheiro Cel. Hamilton Santos Esteves Júnior (CBMDF) entrevistou informando que todas as forças estão se reunindo para juntas executarem esse serviço, à título de esclarecimento. A Conselheira Andréia de Oliveira Macêdo (SUSEC/SSPDF) informou que a concessão das torzeleiras será feita pelo TJDF e a SSP irá articular e sensibilizar a participação nesse processo, construindo fluxos, debates, entre outros, porém a decisão de



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social
Gabinete



quem usará ou não a tornozeleira eletrônica será do Judiciário. Informou ainda que o convênio foi assinado em 2014 disponibilizando inicialmente 175 tornozeleiras eletrônicas e a SSP está tentando adequar esse processo para induções que a Secretaria quer ter, no convênio existem duas fontes de recursos para a compra das tornozeleiras e elas prevêm no final chegar ao número de 6000 tornozeleiras eletrônicas; as 175 tornozeleiras precisam ser implementadas imediatamente para não perder o recurso e quem vai implementar o convênio é a SSP. O Conselheiro Rogério da Silva Leão (Assoc. Of. PMDF) perguntou sobre a dotação orçamentária em relação ao custo médio do preso divulgado pela mídia (R\$2.000,00/mês), e com a implantação de 6.000 tornozeleiras eletrônicas se teria um gasto de R\$1.000.000,00/mês, questionando de onde viriam esses recursos para fazerem frente a esse convênio, que começa com 175 tornozeleiras e ao fim da implementação serão 6.000 tornozeleiras. A Conselheira Andréia de Oliveira Macêdo (SUSEC/SSPDF) respondeu que está sendo discutido no DEPEN dentro do Grupo de Trabalho criado para implementação das tornozeleiras eletrônicas, eles estão preocupados com essa execução, onde o recurso foi liberado agora, a ideia é que se consiga expandir tendo em vista o início da execução e o número de tornozeleiras, mas não existe ainda nada de concreto sobre isso, assim como a implementação dessas 6.000 tornozeleiras também será objeto das discussões orçamentárias dos próximos anos; há uma previsão do recurso, porém neste momento o que se tem em mãos para executar prevê apenas as 175 tornozeleiras eletrônicas. A Conselheira Marcele Alcântara de Almeida (SINPOL) pontua que o sistema penitenciário tem problemas; implantando as tornozeleiras haverá uma economia de servidor, de alimentação, de segurança, uma economia grande inclusive para o próprio cidadão, nas audiências de custódia tem preso que não é liberado porque não tem a alternativa da tornozeleira, citou ainda que o DF está atrasado em relação a isso e que o sistema penitenciário não salva ninguém, não ressocializa ninguém, que é uma masmorra, servidores se brutalizam para conviver lá dentro, presos se brutalizam, servidores maltratam familiares por sobrecarga de trabalho, e que como mulher trabalhando no sistema prisional, com presos se não tiver voz ativa os mesmos não

Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social
Gabinete

SAM, Conjunto A, Bloco A, Ed. Sede da SSPPS/DF
Brasília/DF – CEP: 70.620-000 - Fone: (61) 3441-8752



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Paz Social
Gabinete



respeitam, finalizou dizendo que todo mundo é modificado nesse ambiente. A Conselheira Andréia de Oliveira Macêdo (SUSEC/SSPDF) respondeu que trará as devolutivas sobre a implementação das tornozeleiras eletrônicas ao CONDISP. O Conselheiro Guilherme Alves Carvalho (Fórum de Cultura/DF) disse achar importante monitorar os critérios de seleção das tornozeleiras pelo CONDISP, como forma de controle social também. O Conselheiro Alexandre Varela, Vice-Presidente (DF em Movimento) perguntou se as forças de segurança teriam alguma proposta para apresentação do cronograma do orçamento de 2017. Ficou deliberado pelo pleno que no dia 27/07/2017 (5ª Reunião Extraordinária), será apresentado a previsão orçamentária de 2018 da SSP, Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar e Detran, não mais o orçamento de 2017 e a SEPLAG/DF será convidada para acompanhar a reunião. Foi deliberada uma reunião extraordinária dia 17/08/2017 com pauta específica sobre o DECRETO Nº 36.909, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015 que criou o Conselho Distrital de Segurança Pública – CONDISP e o regimento interno do mesmo. Ficou deliberado as novas datas das reuniões ordinárias do segundo semestre de 2017, 6ª Reunião Ordinária dia 31/08/2017, 7ª Reunião Ordinária dia 05/10/2017 e 8ª Reunião Ordinária dia 07/12/2017. Sem mais para o momento, a reunião foi encerrada às 18h27, sendo que eu, Caio Valente, membro da Secretaria Executiva do CONDISP, lavrei a presente ata.